

RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: IMPACTOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL CRÍTICA



ENVIRONMENTAL RACISM AND EDUCATION IN BRAZIL: IMPACTS AND POSSIBILITIES IN THE FORMATION OF A CRITICAL SOCIO-ENVIRONMENTAL AWARENESS

LÍVIA ARILA CORADELLO

Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade de São Paulo (USP) (2011); Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE) (2013); Professora de Ensino Fundamental II – História – na EMEF Paulo Nogueira Filho, da Rede Municipal de São Paulo.

RESUMO

O artigo discute o racismo ambiental no Brasil e seus impactos sobre a educação, com ênfase no ensino de História. Argumenta que populações negras, indígenas e periféricas sofrem de forma desproporcional os efeitos de crises ambientais devido a desigualdades históricas e estruturais. O texto propõe a integração do racismo ambiental à educação formal por meio de práticas pedagógicas críticas, inspiradas em Paulo Freire e em experiências comunitárias, que valorizem saberes locais, protagonismo juvenil e interdisciplinaridade. Destaca ainda o potencial do Programa São Paulo Integral e do Currículo da Cidade de São Paulo como instrumentos para enfrentar essas desigualdades, transformando a escola em espaço de resistência, pertencimento e formação cidadã comprometida com a justiça socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo ambiental; Educação crítica; Ensino de História; Protagonismo juvenil; Justiça socioambiental; Currículo escolar; Educação integral.

ABSTRACT

This article discusses environmental racism in Brazil and its impact on education, with an emphasis on history teaching. It argues that Black, Indigenous, and peripheral populations suffer disproportionately from the effects of environmental crises due to historical and structural inequalities. The text proposes the integration of environmental racism into formal education through critical pedagogical practices, inspired by Paulo Freire and community experiences, which value local knowledge, youth leadership, and interdisciplinarity. It also highlights the potential of the São Paulo Integral Program and the São Paulo City Curriculum as tools to address these inequalities, transforming schools into spaces of resistance, belonging, and citizen education committed to socio-environmental justice.

KEYWORDS: Environmental racism; Critical education; History teaching; Youth leadership; Socio-environmental justice; School curriculum; Comprehensive education.

INTRODUÇÃO

No Brasil, grupos marginalizados, como comunidades periféricas, negras e indígenas, são os que mais sofrem com os efeitos ecológicos. Esse fenômeno, conhecido como racismo ambiental, evidencia como as disparidades raciais e socioeconômicas afetam a exposição a perigos ambientais. A expressão formulada por Benjamin Chavis nos EUA durante os anos 1980 encontrou no Brasil sua singularidade, caracterizada por um passado de exclusão estrutural e desigualdade no acesso à terra, água potável e ao saneamento.

No contexto escolar, esses impactos se manifestam tanto nas condições de infraestrutura das escolas quanto na ausência de uma perspectiva crítica que trate de justiça climática. A educação ambiental pode acabar perpetuando os mesmos silêncios que sustentam as disparidades ambientais. Nesse sentido, este texto propõe uma reflexão sobre como o racismo ambiental pode afetar a educação brasileira, apontando tanto os entraves quanto as possibilidades para se constituir uma pedagogia crítica e emancipatória. Através da análise de documentos, experiências vividas na comunidade e teorias de referência, busca-se demonstrar de que maneira a introdução desse assunto no currículo escolar pode promover uma educação cidadã e participativa.

RACISMO AMBIENTAL E AS AUSÊNCIAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

O racismo ambiental reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Ele se evidencia no modo como as comunidades negras, indígenas e da periferia sofrem de maneira desproporcional com as crises ambientais, pela falta de infraestrutura básica e pela falta de políticas públicas que funcionem. Apesar de ser um tema contemporâneo, ele ainda está quase inexistente no currículo escolar do Brasil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é o documento que orienta os currículos de todas as redes de ensino do país, aborda a educação ambiental de forma genérica, sem

se referir às questões raciais, territoriais e históricas que sustentam o acesso desigual aos direitos socioambientais.

O racismo ambiental não ser discutido nas escolas silencia as experiências e as lutas dos povos historicamente marginalizados. Conforme evidenciaram Izabela Penha de Oliveira Santos e Victor de Jesus (2023), lugares onde a população negra é maioria, como favelas, áreas periféricas e palafitas, são também aquelas que mais enfrentam problemas de acesso a serviços essenciais, como saneamento, água potável e coleta de lixo. Essas condições de vulnerabilidade interferem na permanência escolar e na saúde dos estudantes, especialmente das meninas e mulheres negras, que assumem funções de cuidado e higiene dentro de suas famílias.

Integrar o racismo ambiental à educação formal é, portanto, uma necessidade urgente tanto pedagógica quanto política. Diego Pereira e Thiago Amparo (2023) afirmam que a justiça climática só é possível por meio de uma perspectiva antirracista que reconheça o tratamento desigual dirigido a certos corpos e territórios. A escola, ao não questionar essas dinâmicas, fortalece a ideia de uma natureza neutra, desvinculada das lutas sociais e econômicas que formam o território. Isso dificulta o desenvolvimento de uma consciência socioambiental crítica.

Contudo, experiências pedagógicas em redes públicas e movimentos comunitários vêm demonstrando que é possível integrar essa temática por meio de abordagens interdisciplinares, conectadas aos saberes locais e à realidade dos estudantes. Projetos como hortas comunitárias em periferias urbanas, iniciativas de educação ambiental quilombola e ações de juventudes negras demonstram o potencial transformador de uma educação comprometida com a justiça racial e ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E PROTAGONISMO JUVENIL NOS TERRITÓRIOS

A educação ambiental não deve ser limitada a informações básicas sobre ecologia ou iniciativas individuais de preservação. É essencial adotar uma perspectiva crítica baseada em Freire, que concebe a educação como um exercício de liberdade e, por isso, como um instrumento para a leitura e transformação do mundo. De acordo com Paulo Freire (1996), educar é um ato político. Nesse cenário, a educação ambiental crítica exige a identificação dos indivíduos mais impactados pela deterioração ambiental, aqueles que lucram com isso e quais vozes têm sido sistematicamente silenciadas nos discursos predominantes acerca da sustentabilidade.

Nesse cenário, a juventude — especialmente a juventude negra, periférica e indígena — não deve ser considerada “vítima” do racismo ambiental, e sim como agente político ativo, gerador de conhecimentos, práticas e formas de resistência. Esses jovens residem em áreas afetadas por enchentes, deslizamentos, calor intenso, ausência de saneamento e insegurança hídrica, porém também criam maneiras de reexistir no dia a dia. Em suas hortas coletivas, ocupações, iniciativas de agroecologia, redes artísticas e mobilizações online, esses jovens desenvolvem táticas para lidar com

a política ambiental que afeta suas vidas, redefinindo os conceitos de comunidade, pertencimento e futuro.

Apesar de muitas vezes não serem valorizadas pelas instituições formais, essas iniciativas juvenis funcionam como verdadeiros laboratórios pedagógicos. Nesses locais, práticas de plantio, coleta de sementes, uso consciente da água, reaproveitamento de alimentos, saberes ancestrais, educação popular e arte de rua se entrelaçam em experiências educativas relevantes, que ligam corpo, território e memória. Ao mesmo tempo, essas práticas incentivam a escola a se abrir para o que acontece fora de seus limites. Quando enraizada nos territórios, a educação ambiental crítica deve ser desenvolvida em diálogo com esses processos, e não em cima deles. Boaventura de Sousa Santos (2010) enfatiza que a ecologia de saberes é um meio eficaz para valorizar o conhecimento das práticas marginalizadas, incluindo os saberes juvenis que surgem em áreas periféricas.

No entanto, as experiências pouco dialogam com o sistema educacional brasileiro, que ainda é fortemente colonizado por uma lógica eurocêntrica e meritocrática. A escola pública, especialmente nas áreas periféricas urbanas e zonas rurais, lida com desafios estruturais significativos, como ausência de infraestrutura básica, evasão escolar, violência institucional e currículos que não refletem a realidade local. Nessas circunstâncias, o potencial da educação ambiental crítica tende a ser limitado, a menos que seja promovido por abordagens pedagógicas comprometidas, que considerem o território como um espaço vivo e politicamente contestado. É necessário formar professores, coordenadores e gestores para que reconheçam a importância do território na formação das identidades juvenis e para que possam intermediar processos de aprendizagem que respeitem e valorizem os conhecimentos adquiridos nos contextos populares.

POPULAÇÕES MAIS AFETADAS PELO RACISMO AMBIENTAL

O racismo ambiental se apresenta de maneira estrutural, afetando principalmente populações negras, indígenas e comunidades tradicionais que habitam regiões historicamente marginalizadas. Contaminação por resíduos tóxicos, ausência de saneamento básico, poluição do ar e falta de acesso à água potável e a áreas verdes são alguns dos riscos ambientais elevados a que esses grupos estão frequentemente expostos. Essas condições não surgem aleatoriamente; elas são resultado de escolhas políticas, econômicas e urbanísticas que favorecem interesses privados em vez de promover a vida e o bem-estar dessas comunidades.

A segregação socioespacial funciona como um catalisador do racismo ambiental nas periferias. Nesses locais, a combinação entre uma urbanização excludente e a inércia do poder público cria um cenário propício para a formação de bolsões de risco. São nessas áreas, vulneráveis a deslizamentos e inundações e muitas vezes confinadas ao convívio com lixões e poluição industrial, que a vida segue sob constante ameaça. Mas a violência não é apenas geográfica; ela é também política. A esses grupos é sistematicamente negado o básico: o direito à saúde, a informações significativas

sobre seu ambiente e, principalmente, um assento à mesa onde se decidem os rumos de seus próprios territórios.

REPERCUSSÕES NA VIDA E NO COTIDIANO ESCOLAR DAS CRIANÇAS

Para as crianças criadas à sombra do racismo ambiental, a vulnerabilidade é uma realidade. Suas rotinas são marcadas não apenas pela privação material, mas por uma ameaça constante à saúde, pela insegurança alimentar e por um acesso precário – quando não inexistente – a uma educação que de fato lhes sirva. Como bem aponta Cruz-Magalhães (2024), o desenvolvimento cognitivo e emocional dessas crianças é minado dia após dia pela exposição incessante à poluição e aos desastres ambientais. O resultado é um duplo golpe: o presente lhes é roubado pela baixa qualidade de vida, e o futuro, comprometido pela interdição de suas potencialidades.

Os números do Ministério da Educação apenas corroboram essa tragédia silenciosa. Escolas em zonas de risco são palcos de um adoecimento recorrente de alunos e professores e de uma evidente defasagem na aprendizagem. O problema, porém, vai muito além dos índices. Ele se materializa na arquitetura hostil desses espaços: salas abafadas e sem ventilação, pátios cimentados e sem um único pé de árvore, muros que dão para córregos transformados em esgoto a céu aberto. Nesse cenário de abandono infraestrutural, é ingênuo esperar que o ensino floresça. Professores, travam uma batalha diária não apenas para lecionar, mas para conseguir manter a atenção de alunos cujas mentes estão voltadas para os perigos reais que os aguardam do lado de fora da porta da sala de aula. A sala de aula, nesse contexto se transforma em mais um reflexo da instabilidade e do perigo que definem seus territórios.

Dentro da escola, os reflexos dessa violência extrapolam o físico. O que chega à sala de aula é o espectro de uma insegurança permanente – o medo que corrói, a ansiedade diante de uma chuva mais forte, o luto por perdas materiais e afetivas que se acumulam. Esse contexto envenena o bem-estar emocional e se manifesta de formas por vezes contraditórias: ora em um retraimento profundo, ora em explosões de agressividade, na apatia ou na incapacidade de confiar e se vincular. Ignorar essa realidade é o maior equívoco pedagógico possível. Aprender, nesse cenário, não é um ato abstrato; é um processo profundamente enraizado no trauma e na luta pela sobrevivência.

Romper com essa lógica exige, portanto, mais que discursos. É uma urgência prática incorporar o debate do racismo ambiental ao cerne das políticas educacionais. Escolas em territórios sob ameaça precisam ser alvo de um investimento massivo e prioritário – não apenas para erguer muros de contenção, mas para construir redes de apoio. Isso significa infraestrutura digna, sim, mas também a presença constante de atendimento psicossocial e uma formação docente que desarme a lógica da culpabilização dos educadores com ferramentas de acolhimento e escuta. O objetivo final deve ser o fortalecimento da comunidade escolar, transformando a escola em um espaço de refúgio, valorização da cultura local e resistência.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Diante desse cenário, a escola emerge como uma trincheira na construção de uma consciência crítica. Mais do que nunca, ela se torna um local onde o debate sobre território, identidade e injustiça ambiental deixa de ser um tema abstrato e se torna uma ferramenta de leitura do mundo imediato da comunidade.

A verdadeira transformação começa quando a escola rompe a hierarquia tradicional dos saberes. Ao entrelaçar o conhecimento acadêmico com os saberes locais – a memória dos mais velhos, a expertise de quem conhece cada beco do território –, ela cumpre uma função social radical: a de formar cidadãos, não apenas alunos. Projetos que transcendem as disciplinas, como a criação de hortas comunitárias, a cartografia dos riscos ambientais, expedições investigativas pelo bairro ou a documentação de histórias orais, tornam-se armas poderosas. Eles convertem a teoria em prática e sensibilizam os jovens não com discursos distantes, mas ao torná-los protagonistas na defesa concreta de seu direito ao ambiente e à cidade.

É nesse horizonte que o Programa São Paulo Integral ganha profundidade, indo além de uma mera reorganização de tempo e espaço. Seus três pilares – equidade, educação integral e currículo integrado – são a chave para converter a escola pública em um verdadeiro lugar de pertencimento. A proposta é ousada: não impor um projeto de vida genérico, mas construir, com cada estudante, trajetórias com sentido, ancoradas na potência de seus territórios. Aqui, o princípio da equidade é entendido como: reconhecer que a neutralidade é uma ficção e que corrigir assimetrias históricas exige ações pedagógicas intencionais e desiguais. Quando a escola decifra o racismo ambiental como a violência estrutural que é, ela abre espaço para que os estudantes não apenas analisem criticamente a realidade ao redor, mas também para que se vejam como agentes de sua transformação.

Essa abordagem encontra um aliado poderoso no Currículo da Cidade de São Paulo para História. Desde os anos iniciais, este documento é uma declaração contra a invisibilidade, ao colocar no centro a história dos povos indígenas, das matrizes africanas e da cultura afro-brasileira. Ele não teme os temas espinhosos, tratando conflitos por terra, relações de poder e desigualdades como eixos centrais para se entender o Brasil. Nos anos finais, esse olhar se aguça, convidando para uma leitura crítica da urbanização paulistana que explicita processos como a gentrificação, a segregação socioespacial e a distribuição geográfica da poluição.

O currículo está pautado na proposta do território como fonte viva de investigação. Isso convoca o professor a sair do livro didático e a mergulhar com os alunos na realidade, através de saídas de campo, entrevistas, análise de fotografias antigas e mapas que revelam como a história moldou (e

segrega) a cidade. São práticas que transformam o caminho da escola, a praça abandonada ou o córrego poluído em documentos históricos de primeira mão, permitindo aos alunos decifrar as cicatrizes do passado no presente de seu bairro.

Portanto, a convergência entre as diretrizes do São Paulo Integral e as ferramentas do Currículo de História forja, nas mentes e nas mãos das novas gerações, um novo padrão de convivência, radicalmente pautado pela justiça social e ambiental.

A ABORDAGEM DO RACISMO AMBIENTAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Longe de ser uma disciplina presa ao passado, o ensino de História revela-se uma ferramenta crucial para dissecar as engrenagens das desigualdades brasileiras, com o racismo ambiental ocupando um lugar de destaque nesse diagnóstico. Ao escavar os processos de colonização, escravização, a grilagem de terras e uma urbanização predatória, esta disciplina fornece as chaves para decifrar porque nossa geografia é também um mapa da exclusão, mostrando com precisão cirúrgica quem tem o direito à sombra, à água limpa e à segurança, e quem está historicamente condenado à margem, literal e figurativamente.

Inserir o racismo ambiental no currículo de História é reconhecer que desastres "naturais" são, quase sempre, desastres sociais com certidão de nascimento assinada nos arquivos da história. Comunidades negras, indígenas e periféricas não "estão" em áreas de risco por uma fatalidade do acaso; elas foram confinadas a essas áreas por uma sucessão deliberada de políticas de exclusão, remoções forçadas e uma violência fundiária que é o prolongamento da lógica do latifúndio e do colonialismo.

A missão do professor, então, transcende a cronologia. Trata-se de tecer fios entre o ontem e o hoje, desafiando os alunos a enxergarem as longas durações da injustiça.

O Currículo da Cidade de São Paulo, ao priorizar narrativas plurais e a diversidade cultural, permite que se dê voz aos saberes silenciados: a ciência ancestral dos quilombolas, a medicina da floresta, as táticas de sobrevivência e cuidado com o território cultivadas nas periferias. O ensino de História, por esta lente, deixa de glorificar heróis isolados para celebrar as formas coletivas de resistência.

Para catalisar essa transformação, o professor deve abrir-se à interdisciplinaridade. Parcerias com Geografia e Ciências são essenciais. É quando o aluno usa a lente da história para investigar a contaminação do córrego local e propõe uma ação concreta no Itinerário de Ação que o conhecimento se torna um instrumento de libertação.

Em última análise, abordar o racismo ambiental em História é fazer uma escolha política. É mobilizar a escola para a construção urgente de futuros mais dignos e justos – onde o direito à vida plena não seja um privilégio, mas uma garantia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o racismo ambiental na escola, em especial nas aulas de História, vai muito além de cumprir um conteúdo programático – é um ato político pedagógico inadiável. A concentração de tragédias ecológicas sobre corpos negros, indígenas e periféricos não é uma coincidência geográfica, mas o resultado palpável de um projeto histórico de exclusão, violência sistêmica e abandono estatal deliberado. E são as crianças, em sua vulnerabilidade singular, que carregam o fardo mais pesado desse legado, com suas biografias e possibilidades de futuro sendo moldadas pela insegurança, pela privação e pelo apagamento.

Diante dessa máquina de produzir injustiça, iniciativas como o Programa São Paulo Integral e o Currículo da Cidade de São Paulo não são apenas documentos orientadores – são ferramentas de contra-ataque. Eles oferecem a base para uma educação que se levanta contra a lógica da neutralidade, assumindo o compromisso radical com a equidade e com o reconhecimento da voz daqueles que a história sempre tentou calar. A escola, nesse contexto, deixa de ser um prédio estático e se torna um território vivo de resistência e reexistência, um lugar onde se disputam narrativas e se plantam possibilidades de mundos menos cruéis.

À História cabe, nesse processo, um papel fundamental: o de desvendar os mecanismos que naturalizaram a injustiça espacial. Seu dever é desenterrar as raízes do presente, mostrando que a favela sem esgoto, o rio poluído que corta a aldeia e o bairro alagado são heranças de decisões passadas e presentes. Mas seu papel não pode se limitar à denúncia; precisa ser também celebração das resistências. É urgente trazer para o centro do debate os saberes das benzedeiras, a ciência ancestral dos povos da floresta, a agricultura quilombola, as estratégias de cuidado inventadas nas periferias – não como folclore, mas como epistemologias válidas e potentes.

Isso exige um professor mediador de encontros: entre o passado e o presente, entre o conhecimento acadêmico e o saber da comunidade. Significa transformar a sala de aula em um laboratório de intervenção na realidade, onde os jovens não aprendem sobre o racismo ambiental apenas lendo textos, mas mapeando os pontos de lixo irregular em seu bairro, entrevistando lideranças comunitárias, projetando soluções e se entendendo, no processo, como sujeitos capazes de escrever um novo capítulo nessa história.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, vulnerabilidade e exclusão social: desafios para as políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

CHAVIS, Benjamin. *Environmental Racism*. United Church of Christ Commission for Racial Justice, 1987.

CRUZ-MAGALHÃES, Rafaela. *Infâncias e injustiça ambiental no Brasil: territórios de vulnerabilidade e educação pública*. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 19, n. 1, p. 122-140, 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

OLIVEIRA SANTOS, Izabela Penha de; JESUS, Victor de. *Educação ambiental e justiça racial: desafios curriculares nas escolas brasileiras*. Revista Cadernos de Educação e Sociedade, v. 31, n. 112, p. 145-163, 2023.

PEREIRA, Diego; AMPARO, Thiago. *Justiça climática, racismo ambiental e políticas públicas no Brasil contemporâneo*. Revista Direito e Sociedade, v. 21, n. 2, p. 98-115, 2023.

UNICEF; IBGE. *Atlas das Juventudes e as desigualdades ambientais no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. *Currículo da Cidade – Ensino Fundamental: História*. São Paulo: SME-SP, 2019.

SÃO PAULO (Município). *Programa São Paulo Integral – Diretrizes pedagógicas*. São Paulo: SME, 2020.